

# MEC diz que vai manter universidade gratuita

> **Dirigentes sindicais afirmam que secretária-executiva defendeu cobrança de mensalidades e esnobou oposição durante encontro com professores**

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

“**S**into muito, mas vamos (cobrar mensalidades)”.

Essa e outras declarações com tom favorável ao fim da gratuidade das universidades teriam sido feitas pela secretária-executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, durante reunião com dirigentes do Proifes. O encontro ocorreu em 16 de fevereiro e oficialmente foi marcado para tratar de temas salariais.

Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, o Proifes publicou a informação no site da organização sindical, no último dia 24, e assustou a comunidade acadêmica. Procurado pela reportagem da Adufrj, o Ministério da Educação emitiu nota negando o caso. Alegou que a conversa ocorreu em contexto informal e que expressa uma opinião pessoal da secretária.

“Não está, nem nunca esteve na pauta da atual gestão do MEC qualquer mudança que altere este preceito constitucional”, diz o documento enviado à reportagem. “A gratuidade dos cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado é garantida pelo artigo 206 da Constituição Federal”. O ministério atribuiu a ve-



Elza Fiúza / Agência Brasil

“**Tudo é possível. Nós não acabamos de aprovar várias PECs? Até a PEC do teto nós aprovamos...**”

MARIA HELENA DE CASTRO

O Proifes respondeu que o MEC “falta com a verdade” e publicou a transcrição mais detalhada de afirmações da secretária Maria Helena Guimarães de Castro. Dentre as declarações mais impactantes, chama atenção o registro da contraposição da secretária às dificuldades políticas para aprovação da

reforma constitucional que a medida exigiria: “Mas tudo é possível. Não acabamos de votar várias PECs? Até a PEC do Teto nós votamos”, teria provocado a secretária, segundo o Proifes.

O presidente do Proifes, Eduardo Rolim, destacou que o que assunto não era a pauta da reunião. “Não nos foi apresentado nenhum tipo de proposta concreta para qualquer alteração legal. Foi apenas uma conversa”, disse pelo telefone. “Se houvesse algum projeto, logicamente nossa reação teria sido informar imediatamente à categoria”, completou em seguida.

A diretoria da Adufrj alerta que, em um momento de profusão de versões e fatos alternativos, é necessário investigar atentamente cada informação veiculada, respeitando os preceitos jornalísticos. “O MEC pode ter recuado diante da repercussão da notícia. Continuaremos acompanhando com atenção”, pondera a presidente Tatiana Roque.

## DEPUTADOS REJEITAM LATO SENSU PAGO

A Câmara Federal derrubou a Proposta de Emenda à Constituição nº 395/14, que permitiria às universidades cobrarem por cursos de pós-graduação lato sensu e de extensão. A votação ocorreu dia 29 e teve uma diferença de apenas quatro votos. Universidades que cobram por estes cursos são alvos de processos judiciais que questionam a legalidade do procedimento.

A Adufrj alerta que o arquivamento da PEC 395 não tem qualquer relação com a polêmica entre o Proifes e o MEC, em torno do fim da gratuidades do ensino superior.

culação da notícia a uma “tentativa de confundir a opinião pública, divulgando versão deturpada e inverídica”.

# 13 anos depois, prédio da Física segue em obras

> **A construção começou em setembro de 2004, mas ainda não tem prazo para acabar**

**KELVIN MELO**

kelvin@adufRJ.org.br

**Q**uase 150 meses depois, a construção do Instituto de Física ainda não foi concluída. O diretor Eduardo Montenegro não perdeu a esperança que o edifício comece a ser ocupado em 2017. “Toda a parte de construção civil está pronta”, informa. Mas ainda faltam os elevadores, a compra e a instalação de aparelhos de ar-condicionado e a montagem de toda a rede de dados e telefonia. Isso sem falar na ligação da luz da rua.

O professor destaca que a sede própria vai melhorar muito as condições de trabalho e estudo do Instituto de Física. “Nossas instalações, hoje, são totalmente impróprias”, conta Eduardo. Ele destaca, ainda, os benefícios para a comunidade do CT, que ganhará mais espaço de salas e até de vagas de estacionamento, com a saída de parte do instituto.

A pedra fundamental do prédio, no Fundão, ao lado do CCMN, foi lançada em setembro de 2004. A edificação irá receber laboratórios, salas de aula da

pós-graduação, gabinetes de professores e parte administrativa. As aulas de graduação continuarão no Centro de Tecnologia porque o projeto foi majoritariamente financiado pela Finep, empresa pública que não aporta recursos em graduação.

A parte da obra que está em andamento é a ligação de energia da rua para o prédio. Dentro, a instalação elétrica está completa. O cabeamento virá do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Ladetec), do outro

lado da avenida. Segundo o diretor, a universidade negocia com a Light como e quando será feita esta obra e os possíveis impactos no trânsito. Mas, em uma previsão otimista, o professor Eduardo acredita que a energia poderá ser ligada no segundo semestre. “Alguns professores já me falaram que, no dia que houver luz (no prédio novo), eles se mudam”, conta o diretor.

Até o fechamento desta edição, a reitoria não retornou à reportagem para esclarecer detalhes da obra.



Kelvin Melo

**PEDRA FUNDAMENTAL** do prédio foi lançada em 2004, ainda na gestão do reitor Aloisio Teixeira

## ADUFRJ APOIA TERCEIRIZADOS

■ A reitoria rescindiu o contrato da empresa de limpeza que atendia à Escola de Educação Infantil e à Faculdade de Letras. O motivo foram os constantes atrasos nos pagamentos de salários e nos auxílios para transporte e de alimentação dos funcionários. As crianças estão sem aula desde segunda-feira, 27. Enquanto se prepara uma licitação de substituição da “General Contractor”, outra firma será contratada emergencialmente e deve assumir os serviços já na

segunda-feira, dia 3 de abril.

As informações foram debatidas durante assembleia comunitária realizada na última quarta-feira, 29, na Faculdade de Letras. A Adufrj participou e manifestou apoio aos terceirizados. Professores, estudantes e técnicos definiram uma série de medidas para defender os direitos dos funcionários da limpeza, como pressionar a reitoria para garantir que os atuais empregados sejam contratados pela próxima empresa.

## PRIVATIZAÇÃO

■ De olho na agenda política do país, o DCE Mário Prata elegeu o tema “Privatizações em tempos de crise: nenhum direito a menos!” para receber os calouros. Uma primeira atividade sobre o assunto foi realizada — infelizmente, com pouco público — dia 28, no CCS. No debate, o professor Antonio Solé, diretor da Adufrj, argumentou que o subfinanciamento tende a ser a via para a privatização, citando o estrangulamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.